



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG  
COORDENADORIA DE ENSINO – COE  
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**THIAGO GOMES NERIS**

**ANÁLISE DOS ATENDIMENTOS NECROPAPILOSCÓPICOS NA REGIONAL DE  
FORMOSA NO PERÍODO DE 2020 A 2024: Avanços e desafios para a gestão da  
Polícia Civil de Formosa**

**GOIÂNIA – GO**

**2025**



THIAGO GOMES NERIS

**ANÁLISE DOS ATENDIMENTOS NECROPAPILOSCÓPICOS NA REGIONAL DE  
FORMOSA NO PERÍODO DE 2020 A 2024: Avanços e desafios para a gestão da  
Polícia Civil de Formosa**

Artigo Científico apresentado como exigência parcial para conclusão da disciplina Metodologia Científica do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública - CEGESP, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás - SSP e pela Universidade Estadual de Goiás - UEG, sob a orientação do(a) Prof(a) Ma Raquel Vaz Resende .

GOIÂNIA – GO

2025



**ANÁLISE DOS ATENDIMENTOS NECROPAPILOSCÓPICOS NA REGIONAL DE FORMOSA NO PERÍODO DE 2020 A 2024: Avanços e desafios para a gestão da Polícia Civil de Formosa**

**ANALYSIS OF NECROPAPILLOSCOPIC SERVICES IN THE FORMOSA REGION FROM 2020 TO 2024: Advances and challenges for management**

Aluno (a) Thiago Gomes Neris\*

Orientador (a) Raquel Vaz Resende\*\*

**Resumo:** Este estudo detalhou a gestão e a resolutividade dos serviços de necropapiloscopia na 11ª Delegacia Regional da Polícia Civil de Goiás, em Formosa, durante o período desafiador de 2020 a 2024. A necropapiloscopia, técnica essencial na identificação humana *post mortem*, é crucial para a investigação criminal e a segurança pública no Brasil. A região de Formosa, com sua vasta área e proximidade ao Distrito Federal, enfrentou desafios logísticos, escassez de recursos e os impactos da pandemia de COVID-19. Através de análise documental quantitativa e qualitativa, a pesquisa identificou avanços e obstáculos na gestão. Os resultados indicaram alta eficiência na identificação (96%), apesar das complexas condições. A significativa mobilidade populacional, com 55% dos RGs de outros estados, ressaltou a urgente necessidade de um sistema nacional unificado de dados biométricos, cuja ausência dificulta a troca de informações. Em conclusão, a dedicação da equipe em Formosa foi notável, mas investimentos contínuos em infraestrutura, capacitação e, principalmente, a implementação de um sistema nacional integrado de identificação são imprescindíveis para otimizar os serviços necropapiloscópicos, fortalecer a segurança pública e garantir a dignidade no processo de identificação humana em todo o país.

**Palavras-chave:** Necropapiloscopia; Identificação; Cadáver; Impressão Digital; Gestão.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> \*Administrador, Papiloscopista Policial, chefe da Unidade Avançada de Serviços de Formosa da Superintendência de Identificação Humana da Polícia Civil do estado de Goiás.

\*\* Biomédica, Mestra em genética, Papiloscopista Policial, chefe do Laboratório de Inovação em Identificação da Superintendência de Identificação Humana da Polícia Civil do estado de Goiás



**Abstract:** This study detailed the management and resolutivity of necropapiloscopia services at the 11th Regional Civil Police Station of Goiás, in Formosa, during the challenging period from 2020 to 2024. Necropapiloscopia, an essential technique in *post mortem* human identification, is crucial for criminal investigation and public security in Brazil. The Formosa region, with its vast area and proximity to the Federal District, faced significant logistical challenges, resource scarcity, and the impacts of the COVID-19 pandemic. Through quantitative and qualitative documentary analysis, the research identified advancements and obstacles in management. Results indicated high identification efficiency (96%), despite complex conditions. Significant population mobility, with 55% of RGs from other states, highlighted the urgent need for a unified national biometric data system, whose absence hinders information exchange. In conclusion, the Formosa team's dedication was remarkable, but continuous investments in infrastructure, training, and, primarily, the implementation of an integrated national identification system are indispensable to optimize necropapiloscopia services, strengthen public security, and ensure dignity in the human identification process nationwide.

**Keywords:** Necropapiloscopia; Identification; Cadaver; Fingerprint; Management.

## 1. INTRODUÇÃO

A necropapiloscopia é um ramo da papiloscopia, sendo a técnica fundamental no campo da identificação humana *post mortem* por meio da análise de impressões digitais, sendo utilizada como a primeira metodologia utilizada entre as técnicas científicas internacionalmente aceitas para esse fim. Conforme diretrizes da INTERPOL (2018), ela é amplamente empregada na identificação de vítimas de morte violenta, de casos ainda não esclarecidos e em cenários de desastres em massa (Delgado e Mariotti, 2020). No Brasil, esse procedimento assume papel central na investigação criminal, sendo essencial para a garantia de direitos, a promoção da justiça e a formulação de políticas públicas de segurança (Ressurreição, 2008), Aguiar Filho (2011). A implementação do sistema AFIS *Automated Fingerprint Identification System (Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais)*, em âmbitos estadual e federal, aprimorou significativamente esse processo, permitindo respostas mais rápidas e precisas.



Em regiões como a 11ª Delegacia Regional da Polícia Civil do Estado de Goiás, sediada em Formosa, a necropapiloscopia desempenha papel estratégico na resolução de ocorrências que envolvem vítimas não identificadas, bem como a confirmação de identidade de vítimas que dão entrada com um suposto nome, eliminando a figura do “reconhecimento” e utilizando uma técnica científica na identificação dos corpos, tendo impacto direto na dinâmica da segurança pública local e regional.

No período de 2020 a 2024, a Seção de Necropapiloscopia em Formosa enfrentou um cenário desafiador, marcado por dificuldades logísticas, escassez de recursos humanos e estruturais, e limitações tecnológicas, que afetaram a eficiência dos atendimentos. Tais desafios foram agravados pela pandemia de COVID-19, que impôs rigorosos protocolos de biossegurança e uso de EPIs, impactando a rotina de uma equipe que, de 2020 a 2023, contava com apenas quatro papiloscopistas para atender dez municípios do nordeste goiano.

Este estudo tem como objetivo principal analisar a resolutividade dos atendimentos necropapiloscópicos realizados pela 11ª Delegacia Regional da Polícia Civil de Goiás entre 2020 e 2024. Para isso, busca-se identificar os principais avanços tecnológicos e operacionais implementados, bem como os desafios enfrentados pela gestão nesse período crítico. Adicionalmente, visa compreender os impactos diretos da pandemia de COVID-19 e avaliar a evolução dos serviços prestados no cenário de identificação *post mortem* na região.

A escolha por essa temática se justifica pela relevância da necropapiloscopia como ferramenta para a promoção da cidadania e da justiça, especialmente em contextos regionais com limitações de infraestrutura e alta demanda. A localização estratégica de Formosa, próxima ao Distrito Federal e em rota interestadual, aumenta a complexidade dos atendimentos, exigindo pesquisas rápidas e precisas. Estudar os avanços e dificuldades enfrentados nesse cenário pode fornecer informações valiosas para a formulação de políticas públicas e para a melhoria da gestão dos serviços de identificação humana no Estado de Goiás.

A metodologia adotada para este estudo baseou-se em uma abordagem quantitativa e qualitativa, com análise documental e estatística dos atendimentos necropapiloscópicos registrados na regional de Formosa entre 2020 e 2024. Foram considerados dados institucionais, registros de ocorrências, relatórios operacionais da Seção de Necropapiloscopia. A análise buscou identificar padrões, gargalos e soluções adotadas,



oferecendo um panorama abrangente sobre a eficiência dos atendimentos e os fatores que impactaram sua execução no período analisado.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

A necropapiloscopia, segundo Ressurreição (2008), é uma técnica forense essencial para a identificação de vítimas fatais por meio da análise das impressões digitais presentes em cadáveres. Matos (2010) a descreve como uma das ferramentas mais eficazes para esse fim. Essa técnica é amplamente empregada na identificação humana devido à sua agilidade, praticidade e baixo custo, baseando-se nos princípios da unicidade e perenidade das impressões digitais, características únicas e imutáveis de cada indivíduo ao longo da vida. Devido a essas vantagens, a necropapiloscopia é o primeiro método de identificação utilizado. Quando não é possível sua aplicação, recorre-se à identificação odontolegal e, em último caso, à análise de DNA, conforme aponta Aguiar Filho (2011). Nesse contexto, a INTERPOL (2018) reconhece como métodos científicos sólidos, internacionalmente aceitos, para identificação *post mortem* os seguintes procedimentos científicos: análise das impressões digitais, análise odontológica comparativa e análise de DNA. No entanto, a organização ressalta as limitações dos dois últimos métodos, sobretudo diante da fragilidade ou inexistência de bancos de dados odontológicos e genéticos adequados.

A gestão dos serviços necropapiloscópicos está inserida em um contexto de gestão pública, sendo fundamental que os recursos e processos sejam bem administrados para garantir um atendimento eficiente à população. Pinto (2012) destaca que a gestão pública, em especial no setor de segurança pública, deve ser orientada por princípios de eficiência, transparência e responsabilidade, buscando sempre melhorar a qualidade do serviço oferecido, a busca por aprimorar a gestão pública, com foco na qualidade dos serviços prestados, impulsionou a segurança pública a evoluir, adotando modelos da gestão empresarial. Dentre os objetivos dessa adaptação, destaca-se a racionalização da administração pública Silva e Costa (2017). No contexto da Regional de Formosa, a gestão eficiente enfrenta desafios devido ao perfil socioeconômico e limitações orçamentárias, que impactam a segurança pública (Souza e Lima, 2018). A escassez de materiais, capacitação inadequada e sobrecarga de trabalho também prejudicam a gestão pública forense em diversas regiões (Santos, 2016).



A literatura também aponta os principais desafios e avanços na gestão dos atendimentos necropapiloscópicos. De acordo com Almeida (2019), os avanços tecnológicos, como o uso de *softwares* de identificação digital mais rápidos e precisos, têm contribuído para a agilidade no processo de identificação de corpos. No entanto, esses avanços muitas vezes enfrentam obstáculos relacionados à capacitação profissional e à infraestrutura, dentre elas podemos observar a falta de integração de banco de dados a nível nacional. Por outro lado, Rodrigues (2020) aborda que a implementação de novas tecnologias de digitalização e banco de dados integrados tem representado um avanço significativo para a melhoria da gestão dos atendimentos necropapiloscópicos. A utilização de bases de dados compartilhadas entre diferentes estados ou regiões permite uma identificação mais rápida e uma redução nos custos operacionais, otimizando o trabalho das equipes forenses.

O estudo de caso da Regional de Formosa é relevante porque, como destaca Vieira (2017), as dinâmicas locais afetam diretamente a prestação de serviços públicos, diferindo das realidades dos grandes centros. Esses fatores influenciam os avanços e desafios do serviço necropapiloscópico. A análise dos atendimentos entre 2020 e 2024 torna-se, portanto, fundamental para embasar decisões futuras, especialmente por incluir eventos como a pandemia de COVID-19, que sobrecarregou os serviços públicos e impactou a atuação forense Mello et al., (2021). Para que essas decisões sejam eficazes, é essencial uma análise precisa e baseada em dados confiáveis, pois, como afirma Cellard (2008), o documento escrito é, muitas vezes, a única evidência disponível para reconstruir práticas sociais passadas.

Para avaliar a gestão dos atendimentos necropapiloscópicos, indicadores de desempenho e qualidade são cruciais. É necessário considerar a quantidade de atendimentos, a taxa de identificação bem-sucedida, e a qualidade dos serviços. Segundo Barros (2015), esses indicadores oferecem uma visão detalhada do desempenho do sistema e permitem avaliar políticas públicas e a eficácia dos recursos. Esta pesquisa fundamenta-se na combinação de estudos sobre necropapiloscopia, gestão pública, fatores sociais e desafios regionais de segurança pública. Integrando tecnologia, administração e sociedade, busca entender avanços e obstáculos na necropapiloscopia para propor melhorias na gestão dos atendimentos na Regional de Formosa.

## **2.1. Legislação sobre identificação necropapiloscópica no Estado de Goiás**



Os Institutos Médicos Legais (IMLs) do estado são dirigidos pela Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC) vinculada a Secretaria de Segurança Pública de Goiás; no entanto, a atividade de identificação necropapiloscópica é de responsabilidade dos papiloscopistas policiais vinculados à Seção de Necropapiloscopia subordinada a Divisão de Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento (DITEC) parte integrante da Superintendência de Identificação Humana (SIH) da Polícia Civil do Estado de Goiás. Dessa forma, a papiloscopia atua como um braço especializado da Polícia Civil inserido na estrutura dos IMLs, contribuindo diretamente para os procedimentos de identificação humana *post mortem*. Nesse sentido, a regulamentação feita por meio do Artigo 6º da Portaria nº 077, de 03 de outubro de 2022, expedida pela SPTC, Goiás (2022), dispõe sobre os critérios técnico-científicos obrigatórios para a liberação de cadáveres no âmbito da perícia oficial. Trata-se de norma administrativa que visa garantir a correta individualização da pessoa falecida, conferindo segurança jurídica aos atos processuais e administrativos que se sucedem à morte, especialmente nos casos de mortes violentas, suspeitas ou não identificadas.

[...]Art. 6º. O cadáver será liberado após a devida identificação técnico-científica, excetuando-se as hipóteses previstas na Seção III da presente Portaria.

Parágrafo único. Entende-se como identificação técnico-científica:

I – aquela realizada por meio da Necropapiloscopia, na qual se confrontam as impressões digitais do cadáver com os Registros Cíveis constantes nos Institutos de Identificação dos estados-membros ou do Distrito Federal;

II – aquela realizada por meio da Antropologia Forense e Odontologia Legal, na qual se analisam e se comparam as características antropológicas e odontológicas do cadáver com registros de imagens ou radiológicos da possível vítima, apresentados pelos familiares ou mesmo pela Autoridade Policial;

III – por meio de exames de DNA a serem executados no Laboratório de Biologia e DNA Forense (LBDF) do Instituto de Criminalística Leonardo Rodrigues (ICLR/SPTC). (GOIÁS, 2022, p. 3)

O caput do artigo 6º estabelece que a liberação do cadáver está condicionada à realização de identificação técnico-científica, ressalvadas as exceções previstas na própria Portaria. O parágrafo único do artigo delimita três modalidades de identificação técnico-científica reconhecidas e hierarquizadas conforme critérios de confiabilidade e disponibilidade técnica amplamente aceita nacional e internacionalmente, com alto grau de confiabilidade, rapidez e baixo custo operacional. Dessa forma, a Portaria não apenas normatiza os procedimentos técnicos periciais, mas também fortalece o caráter científico e jurídico das atividades de identificação humana *post mortem*. Ademais, está em conformidade com legislações federais, tais como a **Lei nº 12.527/2011** (Lei de Acesso à Informação) e a



**Lei nº 13.709/2018** (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), pois trata do tratamento de dados sensíveis relacionados à identificação pessoal.

## 2.2. Desafios da identificação biométrica no Brasil

Em 2024, o Conselho Nacional dos Dirigentes de Órgãos de Identificação Civil e Criminal (CONADI), divulgou levantamento sobre o uso de sistemas de identificação biométrica nas 27 unidades federativas. A maioria dos estados já adota essa tecnologia, ampliando a precisão, agilidade e segurança nos processos de identificação civil e criminal. Contudo, dificuldades estruturais e financeiras ainda impedem a implementação total em algumas regiões, como Amapá (AP), Rondônia (RO) e Sergipe (SE), que seguem sem sistemas AFIS/ABIS, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1 — Mapa de utilização do sistema AFIS/ABIS no Brasil.



Fonte: CONADI 2024

Os institutos de identificação enfrentam múltiplos desafios, como a dificuldade em buscas rápidas devido à ausência de sistemas informatizados em alguns estados e à falta de integração entre aqueles com tecnologia biométrica. Essas barreiras, que incluem limitações orçamentárias, infraestrutura deficiente e necessidade de capacitação técnica, comprometem a padronização e a interoperabilidade dos bancos de dados, essenciais para a segurança pública e a confiabilidade da identificação civil e criminal. Nesse contexto, a inexistência de um



banco de dados nacional unificado de identificação biométrica é um entrave crucial, fragmentando informações e dificultando a investigação, a validação de identidades e a emissão de documentos. Superar essas limitações exige uma política pública integrada com investimentos estruturais, articulação entre os governos e qualificação profissional contínua.

Como exemplo de um estado da federação que, até pouco tempo, não utilizava um sistema biométrico de identificação, podemos citar Minas Gerais. Por ser um estado vizinho e ter grande proximidade com os municípios atendidos pela regional de Formosa, frequentemente enfrentávamos dificuldades em obter respostas rápidas sobre prontuários de pessoas ali identificadas civilmente. Isso ocorria porque o estado contava apenas com um banco de dados arquivado fisicamente. As buscas por prontuários podiam levar dias, ou até meses, e, em alguns casos, as respostas eram incongruentes: informava-se que o indivíduo possuía identificação no estado, indicava-se o número do assentamento, mas não se localizava o prontuário, impossibilitando a disponibilização de uma cópia para confronto papiloscópico. Essa situação gerava grande insegurança, especialmente em casos de liberação de corpos.

A superação desses desafios é, portanto, imprescindível para fortalecer a segurança pública, integrar eficazmente os órgãos responsáveis e otimizar a gestão dos registros civis. Essa unificação garante a cada cidadão brasileiro uma identidade única e confiável, fundamental para assegurar direitos individuais e coletivos, modernizando estrutural e operacionalmente o sistema nacional de identificação e ampliando sua capacidade de resposta às demandas da sociedade. Nesse sentido, a implantação da Carteira de Identidade Nacional (CIN), atualmente em desenvolvimento no Brasil, tem como objetivo unificar os dados biométricos e biográficos dos cidadãos em um sistema nacional. Com isso, espera-se promover maior agilidade e segurança nos processos de identificação civil e criminal. No entanto, apesar de muitos estados já terem aderido ao novo modelo, o banco de dados ainda não é integrado, o que limita, por ora, a efetividade plena da proposta. (BRASIL, 2025)

### **3. METODOLOGIA**

Neste trabalho, utilizou-se a pesquisa de cunho documental com o objetivo de proporcionar maior aproximação com a temática proposta. Conforme destaca Gil (2010), registros institucionais elaborados por órgãos governamentais, como projetos de lei, relatórios



oficiais, atas legislativas e sentenças judiciais, constituem fontes relevantes para a pesquisa em ciências sociais. Nessa mesma perspectiva, Cellard (2008) afirma que os documentos escritos são recursos valiosos para a compreensão de fenômenos sociais, especialmente na reconstituição de contextos históricos e institucionais. A pesquisa concentrou-se na análise dos registros de atendimentos necropapiloscópicos realizados na Regional de Formosa, em Goiás, entre os anos de 2020 e 2024, e a partir desses dados, foi possível identificar os principais fatores que influenciam a gestão e a evolução dos serviços necropapiloscópicos, além de traçar um panorama do perfil dos atendimentos e dos tipos de ocorrências mais recorrentes no período. Para além dos aspectos administrativos, os dados analisados também fornecem subsídios importantes para a formulação de políticas públicas, especialmente voltadas à prevenção da violência no trânsito e à redução dos casos de autoextermínio.

Foi realizado um levantamento bibliográfico por meio da revisão de literatura utilizado para identificar o que a legislação, doutrinadores e materiais em geral dispõem sobre a necropapiloscopia. De acordo com Macini; Sampaio (2006) a revisão da bibliografia e da literatura é uma abordagem metodológica que busca o conhecimento por meio de materiais como artigos de jornais, livros, relatórios, dissertações, teses, entre outros documentos que possam conter informações relevantes para o aprimoramento do saber.

Esta produção utilizou uma abordagem mista (quantitativa e qualitativa). A perspectiva qualitativa buscará entender os fenômenos sociais "de dentro" Flick (2009), enquanto a quantitativa explicará os acontecimentos com base em estatísticas Chizzotti (2003). Fundamentada na observação ampla do método científico Richardson (1999), o objetivo é entender e elucidar os fenômenos estudados.

A presente pesquisa adotou o método de estudo de caso, fundamentado na análise documental e na coleta de dados provenientes dos registros de atendimentos necropapiloscópicos da Regional de Formosa, no período compreendido entre 2020 e 2024. O acesso a essas informações, indispensável para a obtenção de estatísticas relevantes, foi formalmente solicitado por meio do Ofício nº 27.972, inserido no processo SEI nº 202500007027321, sendo a autorização concedida por meio do Despacho Decisório nº 436/2025/DGPC/GAG/DPA-16173, o qual também integra o referido processo. Todo o procedimento foi realizado em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) e a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).



## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 Análise dos Dados Coletados

Os dados coletados de forma documental referem-se aos registros dos atendimentos realizados entre os anos de 2020 e 2024 no IML de Formosa, conduzidos pela equipe de papiloscopistas da 11ª Delegacia Regional de Polícia. A tabela I apresentada a seguir, permite a observação de aspectos relevantes, como tendências, evolução do serviço e possíveis direcionamentos para uma gestão mais eficiente da atividade necropapiloscópica.

Tabela 1 — Atendimentos Necropapiloscópicos do IML de Formosa 2020 a 2024.

Ano	Casos Totais	Impressões Coletadas	Identificados	Não Identificados	Sexo F	Sexo M	RG GO	RG Outros	Cadáveres Especiais	Suicídio
2020	248	229	220 (96%)	9 (4%)	27 (12%)	193 (88%)	100 (46%)	120 (54%)	18 (8%)	19 (8,6%)
2021	250	230	220 (96%)	10 (4%)	25 (11%)	195 (89%)	102 (46%)	118 (54%)	18 (8%)	31 (14,1%)
2022	238	210	199 (95%)	11 (5%)	21 (11%)	178 (89%)	84 (42%)	115 (58%)	19 (9%)	28 (14,1%)
2023	271	260	250 (96%)	10 (4%)	28 (11%)	222 (89%)	105 (42%)	145 (58%)	19 (7%)	38 (15,2%)
2024	242	222	219 (99%)	3 (1%)	26 (12%)	193 (88%)	108 (49%)	111 (51%)	28 (11%)	34 (15,5%)
<b>TODOS</b>	<b>1249</b>	<b>1151 (92%)</b>	<b>1108 (96%)</b>	<b>43 (4%)</b>	<b>127 (11%)</b>	<b>981 (89%)</b>	<b>499 (45%)</b>	<b>609 (55%)</b>	<b>98 (9%)</b>	<b>150 (14%)</b>

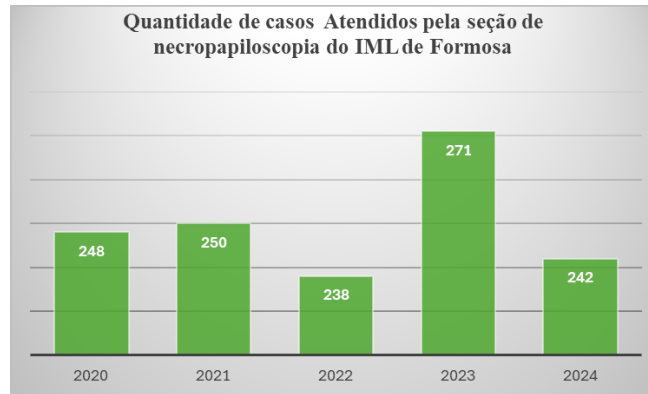
Fonte: Planilhas de Registro de Atendimentos ao IML de Formosa.

A Tabela 1 apresenta um panorama consolidado dos atendimentos necropapiloscópicos realizados pelo IML de Formosa entre os anos de 2020 e 2024, observa-se uma média anual de aproximadamente 250 casos, com alta taxa de eficiência na coleta de impressões digitais (média de 92%) e na identificação de cadáveres por meio desse método (média de 96%). A maioria dos corpos foi sexo masculino (89%), e cerca de 14% dos atendimentos estavam relacionados a casos de suicídio. Destaca-se ainda que 55% dos cadáveres possuíam registro geral (RG) emitido por unidades da federação fora do Estado de Goiás, o que reforça a relevância da integração entre os bancos de dados estaduais para a celeridade, eficácia e segurança no processo de identificação.

Cumpra também destacar que, embora o foco deste trabalho seja a análise dos atendimentos necropapiloscópicos, a atuação da equipe em questão se estende por vastas áreas, executando perícias papiloscópicas em locais de crime, identificações civis e criminais, e elaborando retratos falados, com deslocamentos que podem alcançar significativos 300 quilômetros de sua base operacional de Formosa.



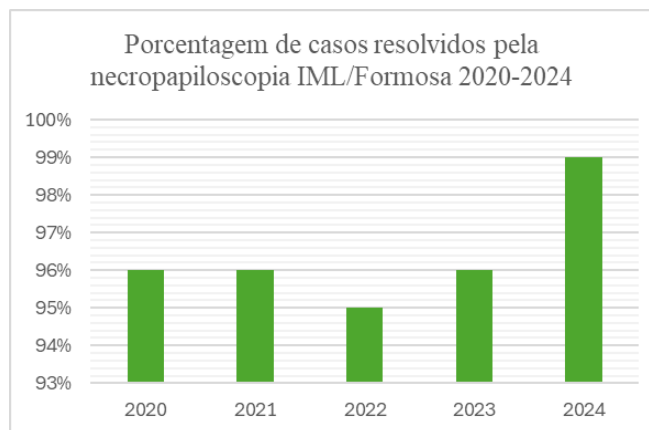
Gráfico 1 — Quantidade de atendimentos necropapiloscópicos do IML de Formosa 2020 a 2024.



Fonte: Planilhas de Registro de Atendimentos ao IML de Formosa.

O Gráfico 1 acima mostra quantidade de corpos atendidos anualmente no período analisado, sendo que a média anual é de 221.6 . Podemos observar que em 2023, houve um aumento de casos, coincidindo com o fim da pandemia e a volta completa da sociedade a suas atividades normais pré-pandemia.

Gráfico 2 — Porcentagem de identificados do IML de Formosa 2020 a 2024.



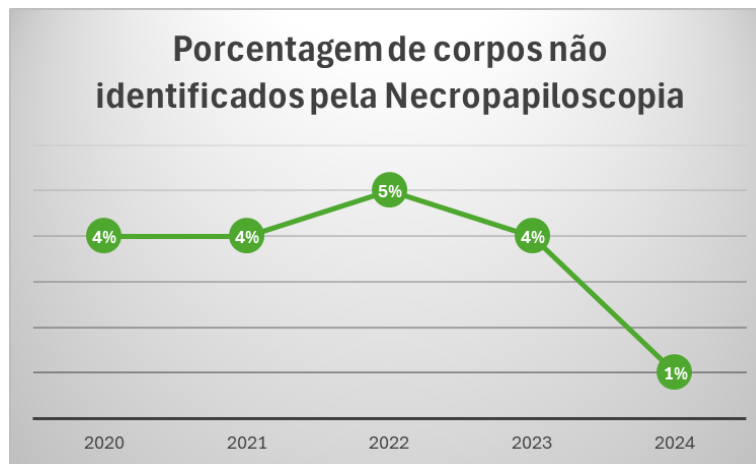
Fonte: Planilhas de Registro de Atendimentos ao IML de Formosa.

O gráfico 2: Os registros indicam que, durante o biênio 2020-2021, mesmo diante de uma equipe composta por apenas quatro papiloscopistas em regime de plantão 24x72 (resultando em um profissional disponível por dia) e das singulares dificuldades sanitárias decorrentes da pandemia de COVID-19, o esforço contínuo dos profissionais possibilitou a identificação por impressões digitais em, no mínimo, 95% dos casos. Em 2024, esse índice de



sucesso atingiu a expressiva marca de 99%, resultado do aumento do efetivo e da participação da equipe em programas de capacitação continuada.

Gráfico 3 — Porcentagem de corpos não identificados do IML de Formosa 2020 a 2024.



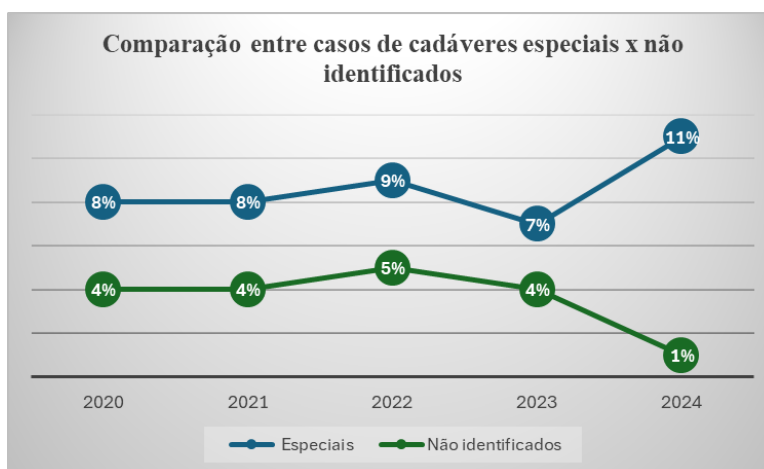
Fonte: Planilhas de Registro de Atendimento ao IML de Formosa.

Gráfico 3: O Gráfico ilustra a excepcional eficiência da equipe necropapiloscópica de Formosa na identificação de corpos. Mesmo durante o desafiador período da pandemia, a taxa de não identificação se manteve até 5%, um testemunho da dedicação e perícia dos papiloscopistas. Seu domínio das técnicas necropapiloscópicas, tanto em cadáveres recentes quanto em decomposição, aliado à notável capacidade investigativa para rastrear identidades e obter prontuários, foram cruciais para esse resultado. Essa resiliência em condições adversas demonstra o valor inestimável desses profissionais para a segurança pública, e evidencia a solidez da gestão da SIH e da Polícia Civil de Goiás em manter um serviço essencial funcionando em condições tão adversas no interior.

Em 2024, a taxa de não identificação atingiu o patamar de apenas 1%, um feito promissor impulsionado por diversos fatores: o aumento do efetivo (resultado do planejamento estratégico da Polícia Civil), a robusta estrutura fornecida pela 11ª Delegacia Regional de Formosa, a capacitação incentivada pela SIH e a maior cooperação técnica com outros estados e a Polícia Federal. Esse resultado enfatiza a importância do investimento contínuo em tecnologia, pessoal e formação na área de identificação papiloscópica, prioridades da Polícia Civil de Goiás. Os papiloscopistas, com sua expertise e dedicação, são cruciais para este serviço, e o apoio da SIH garante as condições para o seu desempenho.



Gráfico 4 — Comparação de cadáveres especiais x não identificados do IML de Formosa 2020 a 2024.



Fonte: Planilhas de Registro de Atendimentos ao IML de Formosa.

A identificação de cadáveres especiais (em decomposição, afogados, carbonizados, esqueletizados e saponificados) requer considerável capacitação técnica, paciência e resiliência por parte do papiloscopista. Apesar do desafio, o Gráfico XX mostra que em todos os anos analisados a quantidade de cadáveres especiais foi maior que a quantidade de corpos não identificados. Isso se traduz em uma variação da porcentagem de casos especiais entre 7% e 11%, enquanto a porcentagem de não identificados se manteve entre 1% e 5%, o que demonstra uma alta taxa de sucesso na identificação, mesmo em situações complexas. A maior diferença entre as porcentagens é observada em 2024, com 11% de casos especiais e apenas 1% de não identificados.

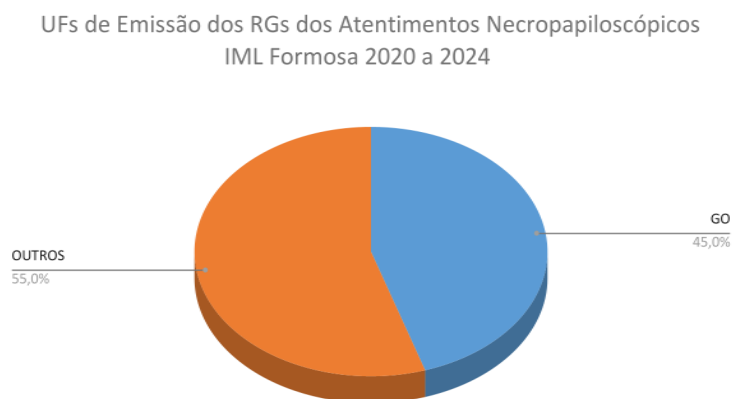
A modernização das instalações físicas do IML de Formosa é uma necessidade urgente, atualmente em fase de processo burocrático para reforma completa. O projeto almeja a criação de espaços ideais para serviços necropapiloscópicos, espelhando o sucesso das unidades do IML de Luziânia, Águas Lindas, Goiânia e Aparecida de Goiânia (recentemente construídas ou reformadas) com a inclusão de um laboratório exclusivo para a identificação de cadáveres especiais. Essa modernização não apenas elevará o padrão dos serviços oferecidos, mas também impulsionará a produção de estudos técnicos que contribuirão significativamente para o avanço da literatura especializada em necropapiloscopia, disseminando conhecimento especializado tanto no Brasil quanto no exterior.

#### 4.3 Unidades da Federação dos RG dos atendimentos Necropapiloscópicos



O gráfico 5, apresentado abaixo, mostra as Unidades da Federação (UF) de origem dos documentos de Identificação Civil (RG) dos cadáveres que deram entrada no IML de Formosa. A análise desses dados permite verificar a proporção de registros emitidos pelo estado de Goiás em comparação com aqueles emitidos por outras UFs, essa informação tem impacto direto no tempo de resposta e na liberação dos corpos, além de levantar uma discussão relevante sobre a necessidade de integração dos bancos de dados biométricos entre os estados.

Gráfico 5 — UFs do RGs nos Atendimentos Necropapiloscópicos do IML de Formosa 2020 a 2024.



Fonte: Planilhas de Registros de Atendimentos ao IML de Formosa, UFs RGs dos cadáveres atendidos.

Nota: Análise dos anos de 2020 a 2024 dos cadáveres identificados por meio das impressões digitais.

A análise da distribuição da UF de emissão dos RGs, conforme apresentado no Gráfico 5, revela que 55% dos documentos são provenientes de outros estados, demonstrando a relevância da mobilidade populacional na área de abrangência do IML de Formosa, essa constatação evidencia a necessidade crítica de uma integração nacional dos bancos de dados biométricos. Atualmente, a ausência de um sistema integrado dificulta e retarda o processo de identificação, uma vez que a consulta a diferentes bancos de dados estaduais é morosa e pode comprometer a eficiência do trabalho necropapiloscópico.

A implementação de um sistema nacional unificado de identificação civil traria inúmeros benefícios, como maior agilidade e confiabilidade na identificação de indivíduos, ampliação da abrangência dos dados disponíveis e fortalecimento da segurança pública, nesse contexto, como já dito anteriormente a Carteira de Identidade Nacional (CIN) representa um avanço importante, ao estabelecer um padrão único de identificação em todo o país. No entanto, sua plena efetividade ainda depende da adesão de todos os estados e da efetiva



integração dos bancos de dados biométricos. Apesar dos desafios envolvidos, como questões legais, proteção de dados e custos de implementação, a adoção de soluções tecnológicas adequadas e a harmonização normativa são passos fundamentais para aprimorar os serviços de identificação, promovendo ganhos significativos na área da segurança pública, contribuindo de forma decisiva para o aprimoramento das investigações criminais em âmbito nacional.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo analisou a gestão dos serviços de necropapiloscopia na 11ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Goiás, em Formosa, com base nos atendimentos realizados entre os anos de 2020 e 2024. A pesquisa evidenciou aspectos relevantes que contribuem para a compreensão dos desafios e potencialidades deste serviço pericial, com foco regionalizado.

Verificou-se que a grande extensão territorial da área de abrangência, aliada à demanda de dez municípios e à proximidade com o Distrito Federal, impõe desafios logísticos e operacionais significativos à equipe local. A alta mobilidade populacional, evidenciada pelo fato de que 55% dos cadáveres identificados possuíam RG emitido em outros estados, revela a necessidade urgente de integração entre os bancos de dados biométricos das unidades da federação. Essa integração é fundamental para tornar o processo de identificação mais ágil e eficiente, especialmente em regiões com fluxo migratório intenso.

A pandemia de COVID-19 também representou um marco no período analisado, exigindo a adoção de novos protocolos de segurança e impactando diretamente a dinâmica dos atendimentos necropapiloscópicos. Por outro lado, destaca-se a contribuição da tecnologia para a evolução dos serviços necropapiloscópicos. Avanços em sistemas de identificação e digitalização de dados têm promovido maior eficiência nas perícias. No entanto, o estudo também apontou a necessidade contínua de investimentos em infraestrutura, capacitação técnica dos profissionais e aprimoramento na integração dos sistemas de informação.

A análise documental realizada a partir dos registros institucionais comprovou a relevância do uso de fontes escritas na pesquisa em ciências sociais, esses documentos foram fundamentais para retratar a realidade dos atendimentos e oferecer subsídios confiáveis à reflexão sobre a gestão do serviço. Em síntese, o estudo apresentou uma visão abrangente



sobre a atuação do serviço de necropapiloscopia na Regional de Formosa, permitindo identificar fragilidades e oportunidades de melhoria. Os resultados obtidos podem contribuir tanto para o aperfeiçoamento da gestão nesse campo da segurança pública, quanto para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes, o fortalecimento da identificação civil e necropapiloscópica.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR FILHO, A. M. A. **Eficiência da perícia necropapiloscópica na identificação de vítimas em desastre de massa, em casos de repercussão e na identificação de cadáveres ignorados.** Trabalho apresentado à UNIP como requisito final do curso de especialização em perícia criminal, 2011. Disponível em: <https://www.fenappi.com.br/wp-content/uploads/2016/07/artigo-eficiencia-pericia-necro.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2025.

ALMEIDA, L. M. **Necropapiloscopia: a importância das impressões digitais na identificação de cadáveres.** Revista de Perícias e Ciências Forenses, v. 28, n. 1, p. 45-58, 2019.

BARROS, T. P. **Necropapiloscopia e sua aplicação em investigações de identificação de cadáveres.** Revista Brasileira de Ciências Forenses, v. 18, n. 3, p. 45-58, 2015.

BRASIL. Governo Federal. **Carteira de Identidade Nacional (CIN).** Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/identidade/identificacao-do-cidadao-e-carteira-de-identidade-nacional/carteira-de-identidade-nacional-cin-1/carteira-de-identidade-nacional-cin>. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. Goiás. Superintendência de Polícia Técnico-Científica. **Portaria nº 077, de 03 de outubro de 2022.** Dispõe sobre os procedimentos de identificação técnico-científica de cadáveres. Goiânia, GO, 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Portaria SENASP nº 631, de 22 de dezembro de 2023.** Dispõe sobre os procedimentos mínimos para a atuação do perito oficial de natureza criminal no local de crime envolvendo morte violenta. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 dez. 2023.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa em ciências humanas e sociais: fundamentos e metodologias.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.



CONADI. Conselho Nacional dos Dirigentes de Identificação – CONADI. Disponível em: <https://conadibrasil.com/>. Acesso em: 25 maio 2025.

DELGADO, S. M.; MARIOTTI, K. de C. M. **Métodos de identificação humana post mortem em necropapiloscopia: revisão de literatura.** Revista Brasileira de Ciências Policiais, Brasília, v. 11, n. 3, p. 349–383, set./dez. 2020.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa: teorias, métodos e técnicas.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Superintendência de Polícia Técnico-Científica. **Portaria nº 077, de 3 de outubro de 2022.** Regulamenta os atendimentos médico-legais post mortem, os procedimentos de identificação e a liberação de cadáveres no âmbito das unidades de Medicina Legal da Superintendência de Polícia Técnico-Científica. Goiânia, 2022. Disponível em: [https://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1&cv=000034248567&crc=048869E7](https://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1&cv=000034248567&crc=048869E7). Acesso em: 24 maio 2025.

INTERPOL. **Disaster victim identification guide,** 2018. Disponível em: <https://www.interpol.int/How-we-work/Forensics/Disaster-Victim-Identification-DVI>. Acesso em: 23 maio 2025.

JUNIOR, E. B.; OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, A. C. O.; SCHNEKENBERG, G. F. L. **Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa.** [S.l.: s.n.], [s.d.].

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MACINI, S.; SAMPAIO, M. **Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica.** Revista Brasileira de Fisioterapia, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2006.

MATOS, A. C. **Necropapiloscopia: o uso das impressões digitais na identificação de cadáveres.** Revista Brasileira de Criminalística, v. 17, n. 1, p. 45-58, 2010.

MELLO, A. C.; SILVA, J. R.; SOUZA, F. L. **A necropapiloscopia como ferramenta essencial na identificação de cadáveres.** Revista Brasileira de Ciências Forenses, v. 35, n. 3, p. 89-101, 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **OMS declara fim da emergência de saúde pública de importância internacional referente à COVID-19.** 5 maio 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 23 maio 2025.

PINTO, J. R. **Necropapiloscopia: aplicações e desafios na identificação de cadáveres.** Revista de Perícias Forenses, v. 19, n. 3, p. 78-90, 2012.



RESSURREIÇÃO, R. M. **Necropapiloscopia: identificação de cadáveres por impressões digitais.** Revista Brasileira de Criminalística, v. 15, n. 2, p. 124-134, 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, A. P. **A necropapiloscopia no contexto das investigações forenses: técnicas e desafios.** Revista de Criminalística e Perícias Forenses, v. 33, n. 2, p. 102-115, 2020.

SANTOS, R. F. **A necropapiloscopia como ferramenta de identificação em investigações forenses.** Revista Brasileira de Ciências Forenses, v. 22, n. 2, p. 56-67, 2016.

SILVA, João; COSTA, Carla. **Gestão estratégica da segurança pública: perspectivas e desafios.** Revista Administração Pública em Foco, Salvador, v. 3, n. 2, 2017.

SOUZA, M. A.; LIMA, F. C. **Necropapiloscopia: contribuições para a identificação de cadáveres em investigações criminais.** Revista de Ciências Criminais, v. 25, n. 4, p. 112-124, 2018.

VIEIRA, M. L. **Necropapiloscopia: uma abordagem sobre a utilização das impressões digitais em investigações forenses.** Revista de Criminalística, v. 24, n. 2, p. 123-134, 2017.